

Uma análise das aproximações e distanciamentos epistemológicos das noções de *campo* em P. Bourdieu e de *arena* em E. Ostrom*

Fábio Bacchiogga**

Lúcia da Costa Ferreira***

Resumo. A escolha adequada do recorte epistemológico na sociologia muitas vezes é tão importante quanto a própria atividade de pesquisa, uma vez que sua delimitação correta pode viabilizar o estudo ou gerar entraves metodológicos que colocam em cheque toda produção acadêmica. Neste trabalho, apresentamos a análise de duas estruturas epistemológicas muito particulares e, como métodos, muitas vezes se confundem na pesquisa e também sua utilização por seus principais expoentes: o conceito de *campo* em Pierre Bourdieu e seu uso nas discussões sobre ciência e o conceito de *arena* para Elinor Ostrom e seu tratamento deste termo para tratar da questão dos “commons”. Buscaremos as proximidades possíveis e as principais diferenças entre esses dois termos de análise, enriquecendo o debate teórico da produção sociológica e melhor compreender os recursos epistemológicos disponíveis nas nossas atividades de pesquisa.

Palavras-chave: Teoria sociológica; Arena; Campo; Método.

Analysis of epistemological approximations and distancing of the notions of *field* in P. Bourdieu and *arena* in E. Ostrom

Abstract. The proper choice of an epistemological cross-section in Sociology is frequently as important as the research activity. In fact, its correct limitation may either make feasible research or produce methodological impairments which jeopardize academic production. Current essay provides an analysis of two highly specific epistemological structures which are frequently mixed up in research and in their use by their main proposers. They are the concept of *field* in Bourdieu and its employment in discussions on science, and that of *arena* in Ostrom and its treatment in the commons issue. Possible approximations and

* Artigo recebido em 11/01/2014. Aprovado em 01/10/2014.

** Doutorando em Ciências Sociais pelo IFCH da Unicamp, Campinas/SP, Brasil. E-mail: fabioabacc@gmail.com

*** Professora Doutora do IFCH da Unicamp, Campinas/SP, Brasil. E-mail: luciacf@unicamp.br

the main difficulties between the two notions are exposed through an enrichment of the theoretical debate of sociological production so that the epistemological resources available in research activities could be better understood.

Keywords: Theory of Sociology; Arena; Field; Method.

Un análisis de las proximidades y distancias epistemológicas de las nociones de *campo* en Bourdieu y de *arena* en Ostrom

Resumen. Una adecuada elección de recorte epistemológico en la Sociología, muchas veces, es tan importante como la propia investigación, ya que una correcta delimitación puede viabilizar el estudio, o bien, generar obstáculos metodológicos que ponen en jaque toda una producción académica. En este trabajo, presentamos el análisis de dos estructuras epistemológicas muy particulares y que, como métodos, muchas veces se confunden en la investigación. Analizaremos su utilización por parte de sus principales exponentes: el concepto de *campo* en Pierre Bourdieu y su uso en las discusiones sobre ciencia; y el concepto de *arena* para Elinor Ostrom y su utilización para tratar sobre los “commons”. Buscaremos identificar las posibles proximidades y las principales diferencias entre ambos términos, para enriquecer el debate teórico de la producción sociológica y comprender los recursos epistemológicos disponibles para la investigación.

Palabras Clave: Teoría Sociológica; Arena; Campo; Método.

Introdução¹

Uma das bases da formação da sociologia enquanto ciência esteve alicerçada na capacidade de formar seu método próprio, uma epistemologia que a individualizava, diferenciando-a de outras ciências. Nesse aspecto, o modelo positivista de Comte e Durkheim foram centrais na formação de um núcleo particular para o que viria se denominar sociologia (MARTINS, 2000).

¹ Trabalho apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Sociologia (Salvador-BA) dentro do GT34 – Teoria Sociológica (set. 2013).

É impressionante pensarmos o impacto quando se apresentou a frase “os fatos sociais devem ser tratados como coisas” (DURKHEIM, 1978, p.07), pois foi a partir desse conceito, aparentemente simples, que a sociologia passa a refletir sobre um método e a definir diretamente o seu objeto de estudo. Como nos mostra Collins:

Assim como outros sociólogos, Durkheim tinha suas inclinações políticas e preferências ideológicas. No entanto, ele foi consagrado como o mais bem sucedido dos fundadores da Sociologia não apenas por ter estabelecido essa disciplina na elite do sistema universitário francês, mas também porque lhe conferiu uma teoria e um método próprio, permitindo que ela fosse edificada também em outros lugares. Dado que o rival acadêmico mais imediato da Sociologia era a Psicologia, Durkheim teve muito trabalho para distinguir claramente o nível de análise sociológico do nível de análise psicológico (2009, p. 47).

Dito de outra forma, a discussão sobre o método, que colabora para a fundação da sociologia, se faz central na delimitação do objeto do estudo e dos limites e possibilidades de análise sociológica. Embora a sociologia tenha se desenvolvido para além do positivismo, a discussão do método continua sendo central nos espaços de debate, fato este que nos apresenta constantes desafios à “imaginação sociológica” (MILLS, 1982).

Dentre estes, talvez a particularidade da relação entre objeto de pesquisa e pesquisador nas ciências humanas seja o principal. O “social” que estudamos é o mesmo em que vivemos e agimos nele com nossas representações e subjetividades, fato que impõe grandes desafios ao pesquisador na busca pela neutralidade (im)possível em relação ao objeto e pela objetividade e alteridade científica (GIDDENS, 2001). Novamente, a escolha consciente e perspicaz do viés epistemológico adequado para o trabalho com a teoria sociológica se faz necessária e fundamental para a produção da ciência sociológica.

Neste artigo, pretendemos discutir justamente a questão do método sob o olhar de dois teóricos que julgamos essenciais nos debates contemporâneos: Pierre Bourdieu (1930-2002) e Elinor Ostrom (1933-2012). Em especial, nos debruçaremos sobre a análise das noções de *campo*, em Bourdieu, e de *arena*, em Ostrom, considerando-as estruturas epistemológicas fundamentais para espacializar teoricamente o objeto a ser estudado em suas respectivas agendas de pesquisas sociais. Buscaremos mostrar como esses dois conceitos se aproximam e se distanciam, enfatizando as características do uso de ambos na atividade científica.

De início, julgamos ser fundamental ressaltar dois traços em comum ao trabalho de ambos: o forte caráter empírico de suas pesquisas e a relação intrínseca entre esse empirismo e suas escolhas teóricas. Apesar da origem e de tradições teóricas muito distintas e também *campo* (ou *arena*?) de ação e trajetória diferentes, estes autores estão no grupo daqueles que certamente formaram a base fundamental para pensarmos a construção metodológica da teoria social do século XX e suas implicações nos estudos do século XXI.

De um lado, E. Ostrom, com influência da Teoria da Escolha Racional, da Ação Coletiva, da análise dos “bens públicos coletivos”, entre outros (LAURIOLA; 2009; OLSON, 1973; SAMUELSON, 1954), teve destacado trabalho na economia com ênfase no trato dos “*common-pool resources*” (CPRs), porém, indo muito além de sua área, apresentando fortes traços trans e pluridisciplinares, influenciando inúmeros estudos com interface em “Ambiente e Sociedade” e na economia política. Já P. Bourdieu, sociólogo de formação, trabalhou com R. Aron e se tornou um dos maiores pensadores do século XX, sofrendo influência de teóricos como Merton, Parsons e Durkheim (MONGTANER, 2007; ORTIZ, 2003), chegando a criar inúmeros conceitos que certamente ultrapassaram a sociologia.

Como nos mostra Thiry-Cherques com relação a Bourdieu, “o seu método não é suscetível de ser estudado separadamente das pesquisas onde é empregado” (2006, p. 28), ou seja, a compreensão do conceito de *campo* nos faz debruçar não em extensos tratados teóricos sobre o tema, mas na aplicação prática do mesmo como nos textos sobre o campo científico (BOURDIEU *apud* ORTIZ, 2003) ou o religioso (BOURDIEU, 1974). Nestes trabalhos, encontramos a noção de *campo* dentro de sua aplicabilidade, conforme trataremos mais adiante.

Já Elinor Ostrom, para questionar a noção da “*tragédia dos comuns*” (HARDIN, 1968) escreve “*Governing in Commons*” (1990), em que, por meio de fundamentais relatos empíricos de diferentes lugares do mundo e, posteriormente, testes em laboratório com famílias usuárias dos “commons”, aplica a noção de *arena* para apresentar um estudo revelador sobre a análise da governança econômica dos bens comuns pelos atores.²

Portanto, de início, temos uma valiosa contribuição dos estudos teóricos destes importantes autores, a fundamental relação das escolhas epistemológicas com a prática de pesquisa. Teoria e empiria não se excluem, mas se (re)validam na ação do cientista e se confundem ao ponto de um não se explicar sem o outro. O referencial teórico do pesquisador movimentava seu olhar sobre suas práticas e estas mesmas práticas o levam a refletir sobre suas posições teóricas, num movimento dialético que constrói a ciência.

Assim, não conseguimos observar a noção de *campo* fora do trabalho prático de Bourdieu e nem a ideia de *arena* distante das aplicações empíricas das ações dos atores em Ostrom. A escolha dos autores durante seus trabalhos nos

² Os trabalhos de Ostrom têm forte influência da “Escolha Racional” e muito do empirismo apresentado em *Governing in Commons* tem origem na “Teoria dos Jogos”, com muitas referências aos trabalhos de Mancur Olson que nos apresenta que “that groups will act when necessary to further their common or group goal” (OLSON, 1973, p. 01), uma noção muito presente nos trabalhos empíricos, em campo ou laboratório, de Ostrom para mostrar como a ação de grupos lidam com seus bens comuns.

mostra exatamente a importância do recorte epistemológico preciso para validar a observação e transformá-la em objeto de análise.

Neste artigo, não temos a intenção de enaltecer um autor em detrimento do outro, muito menos de favorecer uma teoria sobre a outra, mas temos a real consciência da falta de lucidez teórica que isso acarretaria. Pretendemos lançar uma reflexão sobre os conceitos de campo e arena, buscando diálogos e cisões destes termos, enfatizando as diferentes possibilidades de recortes epistemológicos que estes autores fundamentais e seus conceitos nos proporcionam.

Breves conceituações

1. O campo em Bourdieu.

Em diversos trabalhos de Bourdieu, encontramos a menção do campo como sendo um espaço onde encontramos expostas relações de forças entre agentes e/ou instituições de acordo com sua distribuição de capital. Este capital pode ser das mais variadas espécies, como econômico, político ou científico, representando a capacidade dos agentes agirem (ou não) dentro do campo. Quanto maior a disponibilidade deste capital, maiores serão suas relações dentro de determinado campo.

Um campo, e também o campo científico, “se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (...) e que não são percebidos por que não foi formado para entrar nesse campo” (BOURDIEU, 1983, p. 89). Portanto, o campo em si forma um universo relativamente autônomo de relações específicas entre os agentes que apresentam uma estrutura que os une, que Bourdieu denominou de *habitus*, em que o ator que o possui apresenta uma “espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num

espaço” (BOURDIEU, 1998, p. 62), sendo este “espaço” especificamente o campo. Dito de outra forma, o *habitus* nos mostra que atores apresentam disposições específicas de ações dentro de um determinado campo, onde acontecem as dinâmicas sociais que nos permite o estudo da dominação, produção de ideias e condutas dos mesmos.

Os agentes no campo assumem suas posições de acordo com seu capital e suas ações tendem a ser orientadas visando o acúmulo de mais desse capital específico. Assim, visando esse acúmulo de capital dentro do campo, notamos que as estruturas internas são dinâmicas e em constante conflito onde encontramos de um lado, aqueles em posição de destaque no campo (“dominadores”) que visam à manutenção das estruturas internas do espaço, sua constante legitimação nas mesmas bases sociais, apresentando sempre estratégias de conservação do campo e do outro aqueles que com menos capital (“dominados”) que, na ânsia de alçar estratos com mais capital dentro do campo, podem usar duas estratégias: a de sucessão, mantendo as relações existentes no campo, ou de subversão, onde a ação daqueles com menos capital seria de questionar a legitimidade daqueles que se apresentam como destaque dentro do campo. O campo se manifesta, assim, como um espaço relacional numa luta concorrencial.

Ao tratar do campo científico, Bourdieu nos mostra que as lutas dentro do campo “são os monopólios da autoridade científica (capacidade técnica e poder social) e da competência científica (capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade) que são socialmente outorgadas a um agente determinado” (apud ORTIZ, 2003, p.112, grifos do autor). Neste contexto, todos os atores e instituições dentro do campo científico agem para fazer valer sua visibilidade diante dos outros atores e instituições, com um mesmo *habitus*, o que lhe garante o mínimo de aceitação nas ações internas ao campo.

Porém, o poder e as lutas dentro do campo científico acontecem de maneiras “mais ou menos desiguais” (apud ORTIZ, 2003, p. 126), pois a capacidade de ação e o alcance das mesmas dependem da quantidade de capital científico que o ator possui para circular e agir dentro do campo estabelecendo suas estratégias, sejam elas de conservação (grupos dominantes) ou de sucessão ou subversão (grupos dominados ou novatos).

Em disputa, no campo científico, temos o monopólio pela autoridade e competência científica, a busca do cientista pela legitimidade das suas práticas pelos seus pares, em atos que constantemente confundem a ciência com política. Só seria capaz de perceber isso, segundo Bourdieu, aquele que se insere no campo e vivencia seu habitus, compreendendo que a ciência é uma construção dominante daqueles que apresentam maior quantidade de capital científico e a presença do conflito é algo permanente entre os pares do mesmo campo, ou nos dizeres de Bourdieu, “a autoridade científica é, pois, uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até, em certas condições, reconvertido em outras formas (...) acumular capital é fazer um 'nome' próprio, conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador” (apud ORTIZ, 2003, p 120-121).

2. A arena em Ostrom

No que tange a discussão da arena, convém inicialmente lembrar que este termo não é criação de Elinor Ostrom (RENN, 1992), porém, esta pesquisadora faz do seu uso um traço importante em suas pesquisas, fato que lhe rendeu o Prêmio Nobel de Economia de 2009, sendo a primeira mulher a receber tal honraria, junto com Oliver Williamson, graças aos seus estudos sobre a governança dos recursos de uso comum. Estes recursos, ou os “common-pool resources” (CPRs), referem-se “to a natural or man-made resource system that is sufficiently large as to make it costly (but not impossible) to exclude potential beneficiaries from obtaining benefits from its

use” (OSTROM, 1990, p. 30). No trato da governança e administração do uso desses diferentes recursos comuns, Ostrom faz deles uma arena particular e investiga as motivações das decisões dos diferentes atores na tomada de diferentes decisões e na criação das regras que os regem.³

Ao escrever “Governing the Commons”, a autora se propõe a tecer uma crítica ao trabalho de Garret Hardin (1968) no seu artigo “The Tragedy of the Commons” e suas conclusões pessimistas sobre a preservação e o uso racionais dos bens comuns. Resumidamente, Hardin, com claras influências do neomalthusianismo da segunda metade do século XX diante da explosão demográfica nos países mais subdesenvolvidos, argumenta que o crescimento da população geraria uma pressão demográfica sobre os recursos naturais, destruindo-os. Como estes bens comuns são de livre uso e acesso aos indivíduos, estes os utilizariam à exaustão, sem que um pense necessariamente na necessidade do uso pelo outro.

A solução para evitar essa aparente catástrofe, segundo Hardin, seria a existência de algum órgão de controle externo aos atores que utilizam os recursos. Este cuidaria para o uso de todos e não apenas de um indivíduo particular e organizaria o uso racional do recurso comum pensando em sua manutenção. Esse órgão de controle poderia ser uma instituição privada, promovendo a privatização dos bens comuns ou o próprio Estado que, ao nacionalizar os recursos comuns, organizaria seus usos.

³ Vale frisar que o trato de Ostrom com os CPRs tem origem nos trabalhos de Samuelson (1953) ao citar a existência de “bens públicos coletivos” em oposição aos “bens privados”. Samuelson interessava-se em compreender como otimizar o nível de gestão e uso dos bens públicos coletivos, como uma das bases conceituais do denominado “Estado de Bem Estar Social”. Estes bens seriam aqueles onde o consumo de um indivíduo não afetaria diretamente a disponibilidade para outros indivíduos, ou seja, seriam bens comuns a todos e, portanto, de uso público. Essas ideias serão agregadas aos trabalhos de autores como E. Ostrom e Hardin, buscando compreender a lógica do uso de bens coletivos do meio natural, como recursos hídricos e áreas florestadas. Já outra vertente utiliza-se dos trabalhos de Samuelson para detalhar as ações da política e administração pública, na esfera do trabalho com o uso e disponibilidade de bens comuns ao cidadão, como serviços públicos (BARROS, 2006).

A teoria da “tragédia dos comuns” teve um grande eco entre estadistas e pesquisadores. As vozes do Estado e do mercado apresentam-se mais poderosas do que as dos que utilizam verdadeiramente os recursos comuns, portanto, esta teoria serviu como embasamento para a criação de muitas políticas públicas.

Ostrom (1990; 1999; 2005) nos mostra, por meio de valiosas análises empíricas e conceitos da teoria política, uma abordagem inovadora ao constatar que diferentes estratégias coletivas de uso, manejo e preservação destes foram criados e utilizados, contrariando a perspectiva apresentada por Hardin, sem a necessidade de Estado ou mercado.

A autora nos apresenta casos em que a ausência de Estado e mercado não significou o fracasso no uso dos bens comuns e, embora aceite que a pressão sobre os recursos pode significar seu mau uso e seu fim, em determinados casos, não acredita que ações estatizantes ou privatizações sejam a garantia de solução para o uso racional destes recursos, pois tanto Estado quanto iniciativa privada pode falhar.

Podemos afirmar que Ostrom lida com as ações representativas de cada bem comum como uma arena específica, qualificando-as como espaços onde diferentes atores sociais interagem diante de um conflito específico e agem no intuito de maximizarem suas oportunidades de influenciarem a decisão coletiva de acordo com seus interesses, delimitando, assim, sua área de estudo e análise.

Portanto, as arenas são espaços de decisões políticas onde atores sociais mobilizam seus respectivos recursos para seus fins específicos, visando influenciar na decisão política do melhor meio, diante dos seus interesses.

Para tanto, os atores mobilizam recursos sociais que são os elementos que garantem atenção e influência dos agentes, podendo ser, por exemplo, o dinheiro (recurso econômico), poder (recurso político) ou

evidência/conhecimento da ciência (recurso científico) e mobilizá-los significa imprimir ações numa arena.

Dito de outra forma, no espaço das arenas, a discussão política ocorre e as ações dos atores acontecem, levando-nos a pesquisar sobre suas motivações, metas ou intenções e buscando compreender como soluções são tomadas. As diferentes tomadas de decisão no espaço da arena não são aleatórias, mas sim respeitam a existência de regras formais e informais que determinam muitas das ações e mobilizações de recursos. Formalmente, estas regras significam as leis ou atos institucionais e, informalmente, podemos falar da existência de influência do clima político local, das expectativas, da forma como os debates se desenrolam, ou seja, elementos informais na organização dos embates dentro da arena.

Campo e arena: distanciamentos

Numa análise dos usos das noções de *campo* e *arena* como recursos metodológicos, encontramos algumas diferenciações epistemológicas fundamentais e que perpassam o trabalho dos dois autores que analisamos neste artigo.

Quando pensamos nas diferentes motivações que levam os agentes a participarem de determinadas *arenas* ou *campos* e agirem dentro delas, podemos concluir que, no espaço específico da *arena*, a participação dos atores acontece por motivos variados, mas o principal seria a capacidade de influenciar uma determinada decisão política, ou seja, os agentes precisam se mobilizar ou serem incentivados a entrarem numa arena específica. A *arena* mostra-se, portanto, como um espaço situacional à medida que situações específicas capazes de mobilizarem agentes surgem para formar esta arena. Já na noção de *campo*, os atores se sentem inseridos no espaço específico e nem sempre percebem a existência de conflito, pois este pode se apresentar como uma

violência sutil e simbólica. Assim, o *campo* nasce diante da perspectiva relacional, ou seja, nasce da relação entre atores de mesmo *habitus* no mesmo espaço e segue se perpetuando.

É justamente a presença do *habitus* que rege as relações dentro do *campo*, justificando o comportamento entre os iguais de mesmo espaço. Já na *arena*, encontramos a presença das regras formais e informais que determinam as ações dos diferentes membros, porém, dependendo de quem e como se mobilizam os recursos, regras podem ser “ignoradas” ou alteradas dentro da *arena*, mas no caso do *campo*, temos que ninguém ignora o *habitus*, mesmo aqueles atores que, aparentemente, mostram algum “desinteresse” das ações dentro do *campo*. Bourdieu (*apud* Ortiz, 2003) nos cita que tal “desinteresse” é uma demonstração de apreço por objetivos específicos, diferentes dos interesses legitimados pelo *habitus*, portanto, o “desinteressado” não ignora o *habitus*. Dito de outra forma, o “desinteresse” é uma demonstração da intenção de alterar o *habitus* dentro de determinado *campo*. Assim, as regras dentro da *arena* se transformam, formalizadas ou não, já no *campo*, é impossível ignorarmos o *habitus*.

No espaço da *arena*, o que une os atores é o interesse comum e a intenção de influenciar a decisão e a resolução do conflito, porém, isto não significa necessariamente o fim dos embates, mas o estabelecimento de novas regras e consensos que sempre podem ser revistos, reestruturados e reinterpretados pelos agentes, tornando a *arena* um espaço dinâmico.

No caso do *campo*, o que agrega os atores é o *habitus*. Num determinado *campo*, agentes congregam de mesmo *habitus* que os possibilita de traçarem estratégias e definem suas ações, juntamente com a quantidade de capital. No dizeres de Bourdieu, “o *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícitas que funciona como um sistema de

esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores” (1983, p. 94).

No espaço do *campo*, o estudo do *habitus* dificilmente se descola da análise dos atores, ou seja, sendo o *habitus* o agente da ação dos elementos do campo, sua análise nos leva ao mínimo de previsibilidade destes atores, seja a manutenção ou subversão do *campo*.

Já no caso da *arena*, o estudo das ações dos atores pode ser alvo de estudos, independente do foco nos agentes. Além disso, ela se apresenta como imprevisível, dependendo de inúmeros fatores dentro e fora da *arena*, as denominadas variáveis exógenas, onde, por mais que estas ações norteiem o comportamento dos atores da arena, podem variar de forma mais constante que o *habitus* presente no campo.

Numa ênfase interessante nas transformações dentro do espaço de estudo, notamos que o *habitus* se altera dentro do espaço do *campo*, alterando consigo muitos comportamentos dos atores, ao contrário das ações na *arena* que acabam por receber forte influência interna, conhecidos como variável exógena como nos apresenta Ostrom:

One step moves outward and inquires into the exogenous factors that affect the structure of an action arena. From this vantage point, any particular action arena is now viewed as a set dependent variables. The factors affecting the structure of an action arena include three clusters of variables: (1) the *rules* used by participants to order their relationships, (2) the attributes of the *biophysical world* that are acted upon in these arenas, and (3) the structure of the more general *community* within which any particular arena is placed” (2003, p. 15, grifos da autora).

Outro ponto de distanciamento entre nossos autores diz respeito à diferença da variação nos tipos dos agentes no espaço da *arena* em relação ao *campo*.

Conforme já afirmamos, o *habitus* é o elemento que une os agentes do *campo*, enquanto na *arena*, encontramos uma multiplicidade de agentes que em

comum possuem a intenção de influenciar alguma decisão política específica, mas que podem se apresentar muito díspares entre si. Por exemplo, no campo científico de Bourdieu, encontramos atores que compartilham da espera científica de ação, como diferentes pesquisadores. Em comum, eles possuem um fim específico, a discussão do uso das pastagens durante todo o ano e tomam decisões para tal intento, já no *campo*, não se age com um fim claramente específico que não seja a reprodução do próprio campo ou, pelo menos, algum fim não é explícito.

Campo e arena: aproximações

No início deste artigo já destacamos a forte influência empírica dos trabalhos de Bourdieu e Ostrom e como estes estudos se completam com a teoria social aplicada por ambos em suas análises. *Campo* e *arena* ganham contornos reais no trato da empiria apresentada pelos autores.

Em Bourdieu, embora existam trabalhos teóricos sobre a questão do *campo*, sua aplicação em diferentes espaços é que confere clareza ao seu uso pelo autor ou como nos apresenta o próprio Bourdieu, “diferente da teoria teórica – discurso profético ou programático que tem em si mesmo o seu próprio fim e que nasce e vive da defrontação com outras teorias –, a teoria científica apresenta-se como um programa de percepção e ação só revelado no trabalho empírico em que se realiza” (1998, p. 59).

Encontramos também nos trabalhos de Ostrom (1990) inúmeros casos empíricos que apresentam diferentes *arenas* relacionadas aos recursos comuns, como a discussão sobre o uso das pastagens Törbel (Suíça), o debate da irrigação numa comunidade filipina, em Valencia e Alicante (Espanha), a questão da pesca em áreas da Turquia, Sri Lanka e Nova Escócia (Canadá) e outros inúmeros relatos.

Além da forte relação empiria - teoria, outro traço em comum aos trabalhos de Bourdieu e Ostrom é que estes sempre pressupõem a existência do conflito seja dentro do *campo* ou da *arena*. Assim, a tensão é inerente ao espaço estudado, embora na arena o foco seja na maneira que os atores mobilizam recursos na resolução/mediação do conflito, enquanto no *campo* o conflito é, além de inerente, permanente, pois dominadores e dominados vivem em constante tensão, resultando em violência direta ou simbólica, podendo provocar alteração no grupo dos dominantes, mas de onde surgem novos dominados e as tensões se perpetuam ciclicamente.

Além disso, tanto nos trabalhos de Bourdieu quanto nos de Ostrom, notamos que os conflitos acontecem com ações heterogêneas entre os agentes, ou seja, os atores não possuem meios iguais de ação no espaço do conflito. A capacidade de agir e influenciar as ações num determinado campo/arena vai depender da possibilidade de possuir capital (Bourdieu) ou mobilizar recursos sociais (Ostrom). Nesse aspecto, os dois teóricos se aproximam novamente, embora com conceitos diferenciados, mas tanto a quantidade de capital quanto de recursos são os elementos que os agentes dispõem para suas ações dentro do *campo/arena* e estes são os responsáveis por demarcar as posições destes agentes na esfera do conflito. Não se trata de uma noção economicista, pois o capital em si não é exclusivamente dinheiro, mas pode se converter, em capital social (Bourdieu) ou o prestígio (Ostrom). Porém, no *campo* bourdiano, encontramos a valorização de diferentes tipos de capitais dependendo do *campo* específico. Por exemplo, no campo científico, o capital científico, legitimador da forma de fazer ciência dominante, torna-se muito mais importante que outros capitais. Já na arena, diferentes tipos de recursos são mobilizados diante das tomadas de decisões ou discussões, incluindo agentes que mobilizam mais de um tipo de recurso dentro da mesma *arena*. Por exemplo, em determinadas *arenas*, mobilização do prestígio

como recurso social pode vir conjugada com outros fatores, como recursos financeiros ou científicos.

Conclusões

No presente artigo, pretendemos apresentar elementos para uma reflexão dos trabalhos de Pierre Bourdieu e Elinor Ostrom, em especial, seus conceitos de *campo* e *arena*, respectivamente. Nosso intuito é inserir os temas no debate sobre o recorte metodológico da sociologia, levando a uma análise de como estes importantes conceitos podem contribuir para nossa prática sociológica.

É óbvio que nossa proposta não é versar sobre a possibilidade do uso de um conceito em detrimento do outro, mas sim, favorecer o importante diálogo da temática metodológica onde, em nossas pesquisas, frequentemente nos questionamos sobre as questões do método e como espacializar nosso objeto de estudo. Nossa intenção é contribuir para a ação do pesquisador, apresentando olhares para a possibilidade do uso da noção de *arena* ou de *campo*. Questionar e delimitar claramente este espaço ocupado pelo nosso objeto de estudo e suas relações internas apresenta-se, geralmente, como uma das partes iniciais das nossas pesquisas.

Ao longo do artigo, nosso objetivo é apresentar além de uma breve conceituação dos termos *campo* e *arena*, em que nossos autores analisados e seus termos de trabalho se aproximam e se distanciam. Assim, buscamos identificar um norte para a escolha metodológica do pesquisador à medida que acreditamos que a utilização da noção de *campo* ou *arena* pode favorecer o desenvolvimento de pesquisas diversas.

No que tange aos distanciamentos epistemológicos, apresentamos que o *campo* bourdiano funde-se na concepção do *habitus* para apreender as ações dos atores que, em geral, questionam, recriam ou reproduzem este *habitus*,

enquanto a *arena* apresenta múltiplos atores, em que muitos podem ser extremamente díspares, porém, a ação política dentro da *arena* os une para agir de determinadas maneiras. Além disso, a *arena* apresenta uma imprevisibilidade de ações dos agentes aparentemente maior que o *campo*, uma vez que o *habitus* restringe as ações em determinados sentidos orientados à prática do próprio *campo*.

Ao tratar das proximidades entre *campo* e *arena* e seus autores, notamos a forte manifestação da empiria no trabalho de ambos e a presença da noção do conflito inerente aos sistemas sociais, seja de forma mais explícita ou de maneira simbólica. Além disso, ainda dentro da concepção dos conflitos do *campo* e *arena*, estes acontecem de forma heterogênea, em que os diferentes atores possuem capacidade limitada de ação dependendo da possibilidade de mobilizar recursos (*arena*) ou capitais (*campo*) dos mais variados, como o prestígio ou a legitimidade científica.

Conforme afirmamos no início, a sociologia desprende-se de outras ciências e alça ao seu papel de análise particular do social quando passa a apresentar um *corpus* próprio de análise ontológica e, como trabalhos neste artigo, epistemológica. Ontologia que nos leva a questionar o que é o nosso objeto de estudo e epistemologia que nos desafia a buscar o melhor meio para estudá-lo. Esperamos ter apresentado duas possibilidades de debate sobre o viés da escolha metodológica do sociólogo, algo tão importante e fruto de intenso debate desde quando descobrimos que “fatos sociais” são “coisas”.

Referências

BARROS, Paulo Berti de Azevedo. Os Bens Públicos e a Inserção do Estado na Economia: uma análise sobre a reforma do Estado a partir do conceito de “bens públicos” e da análise institucional. *Anais do Encontro de Administração Pública e Governança*. São Paulo: ANPAD, 2006.

- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- COLLINS, Randall. *As Quatro Tradições Sociológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- DURKHEIM, Emile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- GIDDENS, Anthony. *Em Defesa da Sociologia: Ensaio, interpretações e réplicas*. São Paulo: Edunesp, 2001.
- LAURIOLA, Vincenzo. Elinor Ostrom: um nobel heterodoxo e rosa-verde. Sinal de esperança? *Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica*, Brasília, n. 21, p. 3-8, 2009.
- HARDIN, Garret. The Tragedy of Commons. *Science*, v. 162, p. 1243-1248, 1968.
- MARTINS, Carlos Brandão. *O que é Sociologia?* São Paulo: Brasiliense, 2000.
- MILLS, Charles Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e Biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-263, 2007.
- OLSON, Marcus. *The Logic of Collective Action*. Cambridge: Havard university Press, 1973.
- OSTROM Elinor *et al.* Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges. *Science*, v. 284, n. 5412, p. 278-282, 1999.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*. Cambridge: Indiana University Press, 1990.
- OSTROM, Elinor. *Understanding Institutional Diversity*. Princeton: Princeton University Press, 2005.
- ORTIZ, Renato (Org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'Água, 2003.
- RENN Ortiwn. The Social Arena Concept of Risk Debates. In: KRIMSKY, S.; GOLDING, D. (Org.). *Social Theories of Risk*. Westport: Praeger, 1992.
- SAMUELSON, Paul. Pure Theory of Public Expenditure. *The Review of Economics and Statistics*, Cambridge, v. 36, n. 4, p. 387-389, 1954.
- THIRY-CHERQUES, Herman Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 27-53, 2006.